

## **Surdos VS Deficientes Auditivos: Construção de Imagens de si e do Outro**

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro\*

**Resumo:** Neste estudo, veremos manifestações discursivas que definem figuras distintas, com valoração diferente, na comunidade de surdos. A partir do quadro teórico da Análise do Discurso de orientação francesa, buscaremos delinear (a partir da análise de textos escritos por surdos universitários) duas imagens identitárias que se confrontam: a imagem de surdo (si) e a de deficiente auditivo (outro). Nas análises, entre outras questões, pôde-se perceber que há, entre as figuras *surdo* e *deficiente auditivo*, um “critério de avaliação ideológica” determinante, assim como o estabelecimento de uma fronteira identificatória entre o eu (surdo) e o outro (deficiente auditivo).

**Palavras-chave:** Imagem, discurso, surdo, deficiente auditivo, restrição semântica.

**Abstract:** In this study we see discursive manifestations that define separate figures with different valuation, within the deaf community. From the theoretical framework of the French oriented Discourse Analysis we will outline, from the analysis of texts written by deaf college students, two confronting images of identity : the image of deaf (itself) and the hearing impaired (other). In the analysis, among other things, it could have been seen, among the figures of the deaf and the hearing impaired, a determining

---

\* Mestre e Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Universidade Estadual de Montes Claros e Coordenadora do Laboratório Experimental de Ensino de Línguas para Surdos (Lelis) da mesma instituição.

“criteria of ideological evaluation”, as well as the establishment of a boundary between the self identificatory (deaf) and the other (hearing impaired).

**Keywords:** Image, discourse, deaf, hearing impaired, semantic restriction.

### Considerações iniciais

O conceito de surdez vem se alterando ao longo do tempo. O fortalecimento político e social do povo surdo, unido a descobertas acadêmico-científicas sobre as línguas de sinais, têm proporcionado aos surdos novas e promissoras formas de ser e estar no mundo. Isso foi possível, em grande medida, devido a um deslocamento ao mesmo tempo teórico e prático: do campo clínico, os surdos têm sido deslocados e compreendidos atualmente no campo linguístico e cultural – tanto no universo acadêmico, quanto nas práticas sociais. O que isso significa? Significa que os surdos têm deixado de ser considerados sujeitos “deficientes” para ser considerados sujeitos linguístico-culturalmente estabelecidos: é como uma *minoría lingüística* que a comunidade surda se apresenta diante da hegemonia ouvinte.

Devido a essa reformulação, assistimos, agora, à refinação de discursos e práticas antes polarizadas na dicotomia *surdos versus ouvintes* tornarem-se amplas e plurais. A comunidade surda, agora fortalecida, parece mirar-se mais em si própria para contemplar, analisar e/ou rechaçar posturas, comportamentos e discursos internos. Neste contexto, no seio da chamada comunidade surda, desdobramentos modernos dessa (antiga?) dicotomia podem ser observados: aqueles que se consideram surdos se contrapõem discursivamente àqueles que se consideram deficientes auditivos, assim como aos implantados (surdos que reverteram a surdez a partir da cirurgia de implante coclear), por exemplo. A dicotomia *surdos versus ouvintes*, apesar de ainda verificada, sede agora espaço a polarizações outras, que emanam do interior da própria comunidade surda.

Neste estudo, veremos manifestações discursivas que definem figuras distintas com valoração diferente dentro da própria comunidade

de surdos. Mais especificamente, objetivamos delinear neste recorte de estudo duas imagens identitárias que se opõem: a imagem de surdo e a de deficiente auditivo. Para tanto, refletiremos sobre a forma a partir da qual uma presença imagética vai se corporificando nos textos, tornando-se apreensível e perceptível, apesar de não necessariamente explícita no intradiscurso. Para Grice (1966), a noção de imagem se diferencia da de representação na medida em que a última é relativa especificamente a A e B, enquanto a primeira diz respeito ao que está “visível” no texto. Para delinear o (in)visível, as noções de ethos e de restrição semântica serão aqui especialmente requeridas. Este recorte de estudo analisa 06 textos escritos por surdos universitários sobre o tema da surdez.<sup>1</sup>

### **Referencial teórico**

Para averiguar como se dá esta construção de imagens, partiremos do princípio de que um discurso não circula em qualquer lugar, não toma livremente uma forma genérica qualquer e que não é interpretado de qualquer maneira por qualquer um.

Com base nessa premissa, Possenti (2009) caracteriza a Análise do Discurso como um conjunto de teorias sobre as restrições que um discurso sofre em sua constituição. Tais restrições, segundo Maingueneau (2005), são gerenciadas pela semântica global de cada discurso – um sistema de regras abstratas que determina em um discurso não só o que deve ser dito, mas também o que *não deve* ser dito, uma vez que funciona como uma espécie de rede de restrições semânticas que determina as possibilidades discursivas de cada formação discursiva.

O quadro abaixo sintetiza duas diferentes formas de se conceber a surdez na contemporaneidade. Explícita (e nomeia) os discursos veiculados em cada formação discursiva, assim como o lugar de

---

<sup>1</sup>Os dados foram coletados a partir da aplicação de um questionário semi-estruturado. No presente estudo serão abordados 06 dos 21 discursos analisados na dissertação de mestrado da autora: “A escrita de si: discursos sobre o ser surdo e a surdez”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, em novembro de 2008. Este artigo apresenta-se, portanto, como um recorte realizado a partir desse estudo maior.

circulação de cada um deles. Como se poderá perceber, restrições semânticas operam no intuito de produzir silenciamentos ou interdições de ordens diversas:

<b>Concepções de SURDEZ</b>		
<b>Temas</b>	<b>1ª Formação Discursiva</b>	<b>2ª Formação Discursiva</b>
	<b>Discurso de fundamentação ouvintista</b>	<b>Discurso de fundamentação surda</b>
	Circulação: espaços clínicos	Circulação: irregular (algumas escolas)
<b>Surdez</b>	Deficiência: tratamento e reabilitação	Minoria linguística: identitária e cultural
<b>Educação</b>	Modelo terapêutico ou inclusivo <sup>3</sup>	Desvinculada da Educação Especial e da educação inclusiva <sup>4</sup> .
<b>Língua de Sinais</b>	Fator acessório, metodológico	Lugar privilegiado (L1)
<b>Língua portuguesa</b>	Oral e escrita	Escrita (L2)
<b>Cultura e Identidade</b>	<b>Restrição semântica</b>	Específicas e fundamentadas na surdez
<b>Reabilitação e terapia</b>	Diminuem os efeitos da surdez	<b>Restrição Semântica</b>

Tabela 01

<sup>3</sup>*Terapêutico* quando determina que a educação, assim como algumas terapias, pode “diminuir” os efeitos “nocivos” da falta de audição. *Inclusivo* quando considera os sujeitos surdos como portadores de necessidades especiais que têm o direito a receber a mesma educação que os demais.

<sup>4</sup> Desvinculada porque, ao se considerar os surdos como uma minoria linguístico-cultural, eles passam a serem vistos como um povo específico que tem a LS como língua materna e o PT como segunda língua, além de uma organização cultural ao mesmo tempo paralela e de fronteira. Tudo isso proclama a busca de uma educação específica calcada em uma pedagogia surda. Nesta concepção, fala-se, portanto, mais em educação de surdos do que em educação inclusiva ou especial.

As categorias Discurso de Fundamentação Ouvintista<sup>5</sup> e Discurso de Fundamentação surda foram propostas por nos em trabalho anterior (RIBEIRO, 2008). Trata-se de formações discursivas que polemizam entre si no espaço discursivo da surdez. A primeira formação discursiva pode ser considerada como originária do domínio *clínico*, uma vez que entende a surdez como uma patologia, uma disfunção. Nela, apresentam-se conjecturas e propostas baseadas em posturas e terapias capazes de fazer com que o surdo “supere”, contorne a surdez, como forma de alavancar o seu desenvolvimento linguístico e social. Assume-se, assim, um discurso que pode ser considerado de *fundamentação ouvintista*. A segunda formação discursiva que, por sua vez, pode ser considerada como oriunda do domínio *linguístico-antropológico*, postula que os surdos podem viver e se desenvolver na e pela surdez, sem combatê-la, mas entendendo-a como constituidora de uma minoria linguística e cultural. Tal formação discursiva se ancora em princípios linguísticos, culturais e identitários que especificam os  *povos surdos*, ostentando um discurso que pode ser considerado de *fundamentação surda*.

A partir do quadro anterior é possível determinar, de maneira simplória, a primeira concepção de surdez como a eleita pelos deficientes auditivos, enquanto a segunda, como a eleita pelos surdos. No decorrer desse trabalho, entenderemos melhor esta distinção e as restrições semânticas que operam em cada formação discursiva.

De imediato, cumpre saber que a noção de *ethos* discursivo será de fundamental importância para este trabalho, uma vez que é nosso objetivo delinear as imagens de si que serão construídas nos discursos que serão analisados.

---

<sup>5</sup>O ouvintismo é um reflexo das representações estereotipadas dos ouvintes sobre os surdos e a surdez. Pode ser visto como um dispositivo de controle disciplinar da sociedade, como “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte.” (SKLIAR, 1998, p. 15).

O *ethos* é entendido como a imagem de si que o locutor constrói no seu discurso (às vezes, antes mesmo do seu turno de fala). Originada da retórica aristotélica, essa noção foi retomada e reelaborada no campo da AD principalmente nos estudos desenvolvidos por Dominique Maingueneau (1998, 2005, 2005b, 2008).

Em suas origens, tal noção faz parte da trilogia aristotélica dos meios de prova retórica, juntamente com as noções de “*pathos*” e de “*logos*”, sendo considerada como a mais importante das provas. A prova pelo *ethos* consiste em engendrar o discurso (*logos*) de forma a se causar boa impressão e empatia (*pathos*), podendo, assim, convencer o auditório da “causa” defendida (EGGS, 2005, p. 29).

Apesar de sua origem, o *ethos* estudado pela análise do discurso não é, exatamente, o *ethos* aristotélico. Se, por um lado, na AD ele conservou o seu traço originário de convencimento e adesão, de ser construído na e pela enunciação, por outro, ele foi aqui reelaborado dentro de problemáticas que extrapolam os limites da retórica.

No quadro da AD, especificamente nos estudos de Maingueneau (2005b, 2008b), questões de *ethos* não são pensadas apenas a partir de discursos orais ou marcadamente eloquentes, mas se estabelecem em toda e qualquer troca verbal, tanto oral quanto escrita, uma vez que toda manifestação discursiva possui uma vocalidade específica que permite relacioná-la a determinada fonte enunciativa que apresenta certo caráter e certa corporalidade. Isso significa que o *ethos* se deixa apreender também como uma voz e um corpo, ou seja, a enunciação leva o co-enunciador a conferir um *ethos*, uma imagem a seu fiador, dando-lhe um corpo.

Apesar de o *ethos* ser construído na e pela enunciação, de acordo com Maingueneau (2008b, p. 15), é preciso levar em conta que o auditório também pode construir representações do locutor antes mesmo que ele fale. Trata-se da noção de *ethos* pré-discursivo (ou prévio), entendida pelo autor como a imagem de si que o locutor “desperta”

no auditório antes mesmo do seu turno de fala. A produção de imagens prévias do locutor, como manifestação da memória discursiva do auditório, parece apoiar-se nas estereotípias que determinado grupo ou classe social pode evocar.

A noção de *ethos efetivo*, congrega, portanto, um *ethos* pré-discursivo e um *ethos* discursivo, que se divide em *ethos* dito (explícito no nível do enunciado) e *ethos* mostrado (sugerido no nível da enunciação). Portanto, além do “tom” que o locutor confere ao seu discurso (*ethos* mostrado), há as ideias sobre si mesmo que ele apresenta (*ethos* dito). Neste estudo, analisaremos, portanto, as operações de *ethé* que serão construídas pelos locutores, bem como as restrições semânticas que surgirão dessas operações.

### **Algumas análises**

Refinaremos um pouco mais a noção de restrição semântica pensando, especificamente, no nosso *corpus*: suponhamos que dada semântica discursiva imponha à produção de certo discurso que “surdez” não seja uma categoria discutível, isto é, que não ela não possa ou deva ser colocada em evidência em certa FD. O sistema de restrições, assim, irá operar sobre tudo aquilo que se refere a tal temática de maneira direta, restando ao texto o artifício de ter de significar-se a partir de não-ditos e de silenciamentos.

Na perspectiva teórica que assumimos neste trabalho, a da análise do discurso de orientação francesa, os não-ditos também significam, ou melhor, às vezes eles podem significar mais do que palavras. Concordamos com Orlandi (1995) quando ela critica o fato de muitas teorias lingüísticas excluïrem o silêncio enquanto matéria significante, uma vez que, como alerta Tfouni (2008, p. 356), “o silêncio e também o interdito constituem-se como condições estruturantes e constitutivas para a existência da linguagem”.

É o caso de refletirmos sobre o texto (01) abaixo, no qual vemos o sujeito, questionado acerca do significado da surdez, produzir um texto esquivando-se dela<sup>6</sup>.

(01) Às vezes, eu sofro preconceito de pessoas que se afastam. As pessoas às vezes tem problemas: são antipáticas, ciúme, sentimentos tristes. Eu gosto de me cercar de pessoas educadas, simpáticas, isso é, famílias, parentes e amigos de verdade. O mais importante é que Deus é fiel, ele ajuda as pessoas que possuem amor no coração.

Não diríamos que no texto acima a surdez seja uma temática silenciada, uma vez que ela “fala” de maneira indireta a partir de subtemas como o preconceito, por exemplo. Diremos, contudo, que a temática da surdez, no texto (01), por meio da imposição de dada semântica discursiva, que por sua vez impõe um sistema de restrições semânticas específico, sofre interdições e professa, por este e outros motivos, um discurso de fundamentação ouvintista (DFO).

Notemos a importância da figura “pessoas” no texto acima. A surdez aqui parece ser definida a partir de uma rede de interação interpessoal existente (ou inexistente). O tema da rejeição, por exemplo, aparece de maneira implícita (*pessoas se afastam*<sup>7</sup>), sendo justificada por problemas alheios ao sujeito surdo, portanto, da ordem do “outro” (*pes-*

---

<sup>6</sup> Os fragmentos do *corpus* que forem retomados na análise aparecerão em itálico, sem aspas.

<sup>7</sup> Os sujeitos participantes da pesquisa responderam a um questionário composto por uma questão discursiva (*para você, qual é o significado de ser surdo? O que você tem a dizer a respeito da surdez na sua vida? Escreva sobre a experiência de vida surda*), além de duas questões fechadas, que serão explicitadas oportunamente.



soas têm problemas). As pessoas que não se afastam são *pessoas educadas* (...) *famílias, parentes e amigos de verdade*. Projetando no intradiscurso um interdiscurso religioso (cristão), o locutor dá a entender que não se importa em demasia com as questões acima (*o mais importante é que...*), pois a “ajuda divina” incide sobre *as pessoas que possuem amor no coração*, no caso, o próprio locutor, deixando subentender, com isso, que nem todos o possuem, como provavelmente, as pessoas que se afastam.

É possível ainda pensar que o tom cristão, que parece atravessar o texto, pode ser responsável por alguns dos silenciamentos previstos, pois, apesar de manifestar discordância perante algumas situações, o locutor não chega a manifestar indignação ou, pelo menos, o faz de maneira muito atenuada, o que é condizente com uma cenografia<sup>8</sup> religiosa. Com isso, ele fortalece a imagem de “merecedor da ajuda divina”, pois se contém perante o “pecado da palavra”, projetando sobre si um *ethos* (mostado) de ponderação.

No *subcorpus* selecionado para esta pesquisa, 05 sujeitos disseram se considerar surdos, ao passo que apenas 01 (o locutor do texto acima) disse se considerar deficiente auditivo, conforme dados obtidos a partir das questões 02 e 03 dos questionários.

No texto (01), vemos um discurso que se filia ao DFO: a surdez é vista como uma disfunção, ou melhor, como uma condição desfavorável que trás incômodos ao sujeito que, por sua vez, não se sente confortável para falar dela.

E quanto aos sujeitos que se consideram surdos? – no caso do nosso *subcorpus*, 05 sujeitos. Quando é que um sujeito que não ouve

---

<sup>8</sup> De acordo com Maingueneau (2005b, p. 96), a cenografia é, “ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que um discurso engendra; ela legitima um enunciador que, em troca deve legitimá-la, deve estabelecer que a cenografia da qual vem a fala é, precisamente, a cenografia necessária para contar uma história, denunciar uma injustiça, apresentar a sua candidatura em uma eleição, etc.”

passa a se considerar surdo? Ora, podemos, inicialmente, pensar que nem todo surdo nasce identitariamente surdo, isto é, não estamos falando aqui do processo fisiológico que determina (ou não) a falta de audição desde o nascimento biológico. Estamos dizendo, sim, que aqueles que se consideram surdos (nem deficientes auditivos, nem parcialmente surdos, nem ouvintes...) certamente não nascem com essa identidade, ou melhor, não a herdam geneticamente, tampouco no seu contexto social imediato<sup>9</sup>. Como acontece, então, essa transição do universo ouvinte, em que o sujeito nasceu, para o universo surdo, no qual ele será inserido? Obviamente, este questionamento só se faz pertinente perante aqueles vão de encontro à construção de identidades calcadas na surdez.

O momento de transição entre viver como um ouvinte, apenas em meio a também ouvintes e de (re)conhecer-se como surdo, convivendo com os seus iguais, aparece no *subcorpus*, nos três próximos textos, e é relatado como sendo um momento “epifânico”, de descobertas e realizações, como ilustram os fragmentos abaixo:

(02) Antes de conhecer os surdos, eu me considerava deficiente auditivo por não saber da existência da comunidade surda, do significado da surdez e da cultura surda. [...] eu sempre tentei ser incluído, respeitado e valorizado, mas sofri muita humilhação nas barreiras de comunicação nas escolas, na família e na roda de amigos. A partir de 19 anos, comecei a frequentar a Associação de Surdos, fui aprendendo a Libras e conhecimento a cultura surda no meio de convivência com os surdos. Hoje já consciente e resolvido, eu tenho a minha identidade surda que me auto valoriza. Eu sou surdo bilíngüe.

---

<sup>9</sup> Uma ressalva pode ser feita aos surdos filhos de pais surdos, uma outra questão a se discutir. O que estamos trazendo para discussão aqui é a forma pela qual o sujeito se torna identitariamente surdo; como ele se “descobre” como tal e passa a assumir determinada identidade discursiva. Pensar nessa problemática se torna importante quando nos damos contas de que cerca de 95% dos surdos brasileiros (segundo dados obtidos em QUADROS, 1997) nascem em famílias ouvintes.

(03) Minha experiência na vida teve muitos sofrimentos proibindo o uso de Libras e foi obrigatoriamente oralizar e fazer leitura labial me sentindo um “OUVINTE ARTIFICIAL E FALSO”. Depois de participar nas comunidades surdas me senti livre e tive a corrente arreventada e tirando os pesos nas costas, aprendendo a Libras naturalmente e crescendo independentemente.

(04) No início era um pouco difícil, não entender muitas coisas, aí eu fiz muitas fono e psicóloga para encontrar a melhor escola [...] então eu estudava numa escola regular, mas nessa escola que eu estudava os meus amigos fizeram sacanagem comigo, até que o dia que eu passei a estudar em uma escola de surdo.

Quando eu mudei de escola, eu fui numa escola que era eu tinha que estar antes, então entrei nessa escola a minha vida mudou muito, e conheci muitas pessoas que era igual eu que também não entendia muitas coisas e também fiz muitas fonos e foi com elas que eu entendi que era surda [...]. Foi com os surdos que comecei fazer novos amigos e aprender como e o jeito de surdos, das brincadeiras e usar a legenda na TV, e também usar a língua de sinais.

Então hoje na minha vida melhorou muito agora eu já sei muitas coisas e aprendi muitos agora já sei Libras [...].  
É surda que eu me sinto muito feliz e contente.

Os textos acima veiculam explicitamente um Discurso de Fundamentação Surda. Pela amostragem acima (e sem perder de vista a dissertação como um todo), parece-nos que muitas vezes o DFS supõe um enunciador militante ou ardoroso, que mantém uma relação privilegiada com o saber moderno sobre o *ser surdo* (RIBEIRO, 2008). Tal enunciador se coloca como integrado a uma comunidade e veicula certa dimensão institucional no seu dizer, tematizando, muitas vezes, de maneira direta ou indireta, a *coletividade*. O trecho colocado em (04), por exemplo, nos indica um locutor cuja *vida melhorou muito* após seu ingresso na comunidade surda, tanto no nível social quanto no educacional. A “voz” que nos fala parece ser alegre, denotando uma pessoa plenamente satisfeita com o rumo que tomou a sua vida e projetando um *ethos* de satisfação consigo mesmo. *Ser surdo*, nesse trecho, só é possível entre os seus iguais.

Apesar de curto, o trecho (03) pode ser considerado como o mais contundente dos três. O recurso do locutor à letra maiúscula em *UM OUVINTE ARTIFICIAL E FALSO* parece indicar o desejo de expressar, de maneira veemente, seu repúdio àquela tentativa de normalização que acabou por subverter a sua natureza surda, fazendo-o sentir-se uma farsa. A vitória, que será alcançada a partir da ideia (implícita) da luta, será expressa pelas metáforas *corrente arrebitada* e *tirando os pesos nas costas*, que nos remetem, respectivamente, a um estado de clausura, submissão e controle vivenciado pelo sujeito na sua tentativa de ser ouvinte e à sua futura libertação, ao alívio de ser independente e de ter auto-decretado a sua “carta de alforria”.

Temos construída, aqui, uma imagem de firmeza e determinação que pode ser percebida através do tom pungente a partir do qual o trecho é narrado. A impressão que temos é que se trata de uma voz forte e enfática. É importante frisar que o sujeito caracteriza a proibição da Libras<sup>10</sup> e a conseqüente obrigatoriedade da leitura labial e da oralização como quesitos de sofrimento na sua vida, justamente por fazê-lo situar-se fora de si mesmo. Vemos, neste fragmento, a construção de um *ethos* (de superação) *mostrado*, muito mais do que *dito*.

Semelhante imagem pode ser encontrada no texto (05). A partir da temática da língua, o locutor classifica “falar” como uma atividade que exige tensão e desconforto, fazendo-o sentir-se alheio a si mesmo:

(05) [...] sou oralizada e considero isso um ponto positivo porque durante a minha vida escolar, do segundo grau até a faculdade, precisei fazer muito o uso da fala, já que naquela época não existia intérpretes para me auxiliar. O ponto negativo é que tem momentos que fico cansada de “falar” e quero ser eu mesma, ficar à vontade para me expressar em Libras, relaxadamente. Gosto de ser surda e tenho orgulho disso!

---

<sup>10</sup>Até algum tempo atrás, muitas escolas acreditavam que o uso da LS deixava o surdo acomodado e preguiçoso diante da língua oral. Por esse motivo, o uso da Libras era proibido e a prática de oralização, reforçada, uma vez que se acreditava (e alguns ainda acreditam) que ela contribuía para a aquisição da escrita. A proibição da Libras pode vir também como uma orientação (ou imposição) da própria família.

O ponto positivo da prática da fala, no trecho acima, foi a interação comunicacional em uma época em que praticamente não existiam intérpretes escolares (se existissem, então, talvez a “fala” fosse dispensável?). Nesse trecho, diferentemente de outros, como no (03), por exemplo, a oralização não chega a ser considerada como um fator de ouvintização, isto é, apesar de oralizado, o locutor não se deixou ouvintizar, tendo na Libras a sua forma de comunicação genuína e saudável e, dessa forma, considerando-se satisfeito e orgulhoso diante da sua condição de não-ouvinte. A LS, aqui, é um fator de identidade que promove o encontro do sujeito consigo mesmo; longe dela, no entanto, a alteridade parece sobrepor-se à sua identidade.

Voltando à trinca de trechos – de (02) a (04) –, é possível considerá-los como susceptíveis de ser divididos em um “antes” e um “após” o ingresso dos sujeitos no universo surdo. Nessa dinâmica social, no primeiro quadro temos um cenário de sofrimento e desolação, enquanto, no segundo, de crescimento e felicidade. Parece haver uma passagem fundamental, de um “cenário” ao outro, que dota os indivíduos de qualidades. Essa imagem nos remete aos conhecidos “ritos de passagem”. Tais ritos, no entanto, tradicionalmente marcam mudanças de *status* de um indivíduo no seio de sua comunidade (haja vista os ritos indígenas ou tribais), enquanto nos trechos acima, é a mudança de comunidade que favorecerá a “evolução” de tais sujeitos. Os trechos acima descrevem não apenas o ingresso dos sujeitos no universo surdo, mas também a sua recepção (aceitação) nesse quadro social.

A passagem que sugerimos pode ser compreendida como a “ascensão” atingida pelos sujeitos quando estes passam de “deficientes auditivos” a “surdos”, como foi expresso explicitamente em (02) – *Antes de conhecer os surdos, eu me considerava deficiente auditivo por não saber da existência da comunidade surda [...]. Hoje já consciente e resolvido, eu tenho a minha identidade surda que me auto valoriza. Eu sou surdo bilíngüe* – e implicitamente em trecho (03) e (04).

Percebemos, aqui, que entre *deficiente auditivo* e *surdo* há um “critério de avaliação ideológica” determinante (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006). Para o primeiro termo, reserva-se a primeira parte da história, ou seja, quando o cisne (surdo), por pensar-se como pato (ouvinte) esquisito, e por assim ser visto por todos, acaba por ser rechaçado. Ao descobrir-se cisne (surdo), os problemas decorrentes desse equívoco, como *humilhação*, *sofrimentos* ou *não entender muita coisa*, não são mais vivenciados.

No dizer de Bakhtin/Voloshinov (2006, p. 31), um produto ideológico, que faz parte de dada realidade, reflete ou refrata uma outra realidade, que lhe é exterior, uma vez que “tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo”. Partindo dessa posição, podemos pensar que a distinção entre surdo e deficiente auditivo apresentada em (02) – e sugerida nos outros trechos –, reflete um acontecimento ideológico reiterável na comunidade surda, ao passo que refrata um fazer dito científico em curso, senão na sociedade como um todo, pelo menos na área da saúde. Em outras palavras: enquanto os manuais de audiologia definem os surdos a partir de decibéis, surdos se definem a partir da sua conduta perante a vida. Esclarecendo um pouco mais: nos manuais de audiologia as diferenças entre surdos e deficientes auditivos se devem ao grau de perda auditiva, ou seja, define-se como surdo aquele que apresenta uma perda severa ou profunda, e como deficiente auditivo, aquele que apresenta perdas leves ou moderadas.

Em muitas comunidades surdas, no entanto, surdos são considerados aqueles que utilizam a LS e constroem em torno de si aquilo que pode ser chamado de *comunidade*. Deficientes auditivos seriam aqueles que não utilizam (ou pouco utilizam) a LS, privilegiando a leitura labial e a articulação de palavras da língua oral e optando por não coexistirem na comunidade surda, isto é, eles pouco (ou não) convivem com os demais surdos, não (ou pouco) frequentam a

Associação de Surdos e muitas vezes não se reconhecem como surdos (muitas vezes, preferem ser chamados de deficientes auditivos).

A distinção entre surdos e deficientes auditivos, sugerida nos textos (02), (03) e (04), é indicada com clareza no texto a seguir:

(06) Surdo é o termo apropriado da comunidade surda, pois significa que o surdo possui a sua língua própria – Libras e identidade cultural. Distingue o termo “deficiente auditivo” que é usado pela sociedade, fonoaudiólogos, para eles, são oralizados, que não sabem a Libras e nem convivem nas comunidades surdas.

O trecho acima confirma a distinção entre surdos e deficientes auditivos, estabelecida pela comunidade surda, deixando transparecer ainda um tom de assertividade que pode assemelhar-se ao tom utilizado em discursos acadêmicos ou científicos. As palavras *termo* e *distingue* parecem caracterizar uma cenografia acadêmico-científica, que pode ter sido engendrada a partir do desejo de se produzir um efeito de sentido de objetividade e imparcialidade. Confirmando a nossa hipótese, o locutor diz mais adiante: *uma linguista da UFRJ me convidou para fazer especialização, e acabei ficando até ingressar como professora (e pesquisas) de Libras em 1997 e sou efetiva e concursada*<sup>11</sup>. O discurso acima é, portanto, sustentado por uma professora surda universitária, hoje cursando mais uma graduação (em Letras/Libras), fato que pode esclarecer o efeito de sentido de objetividade empregado no texto.

O intuito de se instaurar uma cenografia acadêmico-científica, no texto acima, pode dever-se tanto ao fato de se querer projetar uma atmosfera de “verdade” (se considerarmos que a ciência na academia quer assumir, muitas vezes, esse caráter), quanto à intenção de demarcar e revestir de autoridade o lugar de onde o sujeito enuncia: a própria academia.

<sup>11</sup> Texto completo disponível na dissertação de mestrado da autora: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ALDR-7LXNMP/1/1270m.pdf>

Mas o importante a se reter desse texto é o fato de ele também estabelecer uma espécie de “fronteira identificatória”, para usar um termo de Maher (2001), entre si (surdo) e o outro (deficiente auditivo). A fronteira, nesse caso, parece ser a *língua própria - Libras e a identidade cultural*. A LS aparece, mais uma vez, como um elemento de união da ordem da identidade

Se pensarmos nos aspectos ideológicos defendidos nesses textos, a idéia da superação, mudança e renovação atribuída à transformação de deficientes auditivos em surdos é proeminente. Deficientes auditivos, então, segundo o texto (02) seriam aqueles que aceitam (ou querem) ser ouvintizados, informação que se mostra de acordo com a denominação geralmente corrente no meio surdo.

A partir das imagens de si construídas nos/pelos discursos, seria possível projetar um *ethos* comum aos três textos, reservando, no entanto, nuances específicas a cada um deles: o mesmo tom (*ethos* mostrado) de superação e de orgulho atravessa os três trechos, o que nos indica um *ethos* de sujeitos “bem resolvidos”. A voz que nos fala se *autovaloriza*, é *independente, feliz e contente* (*ethos* dito) e isso pode ser apreendido não apenas no nível da enunciação, mas também no nível do enunciado, a partir da materialidade lingüística, como acabamos de demonstrar. Trata-se, pois, como dito anteriormente, de alargar a noção de *ethos discursivo* para abarcar não só o *mostrado* (pelo dizer, pela enunciação), mas também o *dito* (pelo enunciado), como propõe Maingueneau em trabalho recente, no qual retoma a noção de *ethos* e a problematiza (MAINGUENEAU, 2008b, p. 19).

As restrições semânticas que operam nessa relação nos parecem, sobretudo, de ordem identitária: ao definir o seu “eu” – surdo – os locutores acabam por negar um “não-eu” – deficiente auditivo. Ao negá-lo, acabam por delinear a imagem que constroem de deficientes auditivos: sujeitos subjulgados pelo padrão de normalidade, que é a



audição, que vivem alheios à coesão de uma coletividade e encontram dificuldades sócio-comunicacionais.

Tudo isso se relaciona à questão que colocamos anteriormente: “como acontece, então, essa transição do universo ouvinte, em que o sujeito nasceu, para o universo surdo, no qual ele será inserido?” Discursivamente, vimos que acontece a partir da insatisfação e do desconforto que o surdo sente em estar isolado de seus pares linguísticos (outros surdos), esforçando-se, ao mesmo tempo, para se tornar uma espécie de ouvinte desajustado. É possível inferir que é exatamente a partir da experiência negativa de ser uma “anomalia” no mundo dos ouvintes que ser “normal” no universo dos surdos se torna uma descoberta tão marcante.

Aos poucos se vai construindo, ao longo dos textos, um *ethos* firme, determinado e de superação, que remete a sujeitos conscientes e bem-resolvidos, que passaram por dificuldades, mas que acabaram por superá-las, pois conseguiram “chegar lá”. No fim, a tensão entre a injustiça e a superação se resume na sensação de vitória que os locutores buscam transmitir.

### **Considerações finais**

Neste estudo, vimos que há, entre as figuras surdo e deficiente auditivo, um “critério de avaliação ideológica” determinante (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006), assim como o estabelecimento de uma fronteira identificatória entre si (surdo usuário de Libras) e o outro (deficiente auditivo adepto às práticas de reabilitação). As imagens delineadas a partir de tais figuras apontam para a construção de dois cenários distintos e para uma espécie de ascensão entre eles: os sujeitos passam de deficientes auditivos a surdos quando conhecem a língua de sinais e se inserem na chamada comunidade surda. Deficiente auditivo ou surdo são, assim, no *subcorpus* da pesquisa, momentos distintos dos mesmos sujeitos.

No primeiro momento vemos construídas a imagem de solidão, que constrói um ethos de sujeito amargurado; no segundo, as imagens de liberdade e coletividade, que constroem ethos de sujeitos “bem resolvidos”.

As principais restrições semânticas que operam nesses discursos são, portanto, de ordens identitárias: os sujeitos se definem a partir da negação do simulacro do seu outro – outro que, não sem coincidência, constitui(ram) o eu.

### Referências

- BAKHITIN/VOLOSHINOV M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- EGGS, E. In: *Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna*. In: AMOSSY, R (Org.). *Imagens de si no discurso - A construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.
- MAHER, T. M. Sendo índio em português. In: SIGNORINI, I. (org.). *Lingua(gem) e identidade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos Discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Criar Edições, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, R. (org.) *Imagens de si no discurso – a construção do Ethos*. São Paulo, Editora Contexto, 2005b.
- \_\_\_\_\_. *A propósito do ethos*. In: MOTA, A. R. SALGADO, L. *Ethos Discursivo*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A propósito do ethos*. In: MOTA, A. R. SALGADO, L. *Ethos Discursivo*. São Paulo: Editora Contexto, 2008b.
- POSSENTI, S. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo. Parábola Editorial, 2009.
- REZENDE, F. F. J; PINTO, P. L. Os surdos nos rastros de sua intelectualidade específica. In: QUADROS, R. M; PERLIN, G. T. T. (org.). *Estudos Surdos II*. Petrópolis: Arara Azul, 2007. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/estudos2.pdf>. Acesso em: jun. 2008.

RIBEIRO, M. C. M. A. R. *A escrita de si: discursos sobre o ser surdo e a surdez*. Dissertação de Mestrado (Estudos Linguísticos). Belo Horizonte, UFMG, 2008.

QUADROS, R. M. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

TFOUNI, F. E. V. O interdito e o silêncio: duas abordagens do interdito na linguagem. In: *Linguagem em (Dis)curso*, v. 8, n. 2, p. 353-371, 2008. Disponível em <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0802/080207.pdf>. Acesso: setembro de 2008.